Jornalismo cívico

Autor(es): Traquina, Nelson

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/36658>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0873-0_19

Accessed : 26-Apr-2023 15:55:19

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

www.uc.pt/
imprensa_uc
CONTACTO
imprensa@uc.pt
VENDAS ONLINE
http://livraria-
daimprensa.uc.pt
JANEIRO 2015

20 ANOS

DE JORNALISMO CONTRA A INDIFERENÇA

Organização Ana Teresa Peixinho, Carlos Camponez, Isabel Vargues, João Figueira

TEXTOS DE

Marc Lits, Adriano Duarte Rodrigues, Tito Cardoso e Cunha, José Augusto Mourão, Alberto Pena Rodríguez, Maria Augusta Babo, Daniel Cronu, João Pissarra Esteves, Gilles Gauthier, Heloísa Paulo e Luís Reis Torgal, Alfredo Barroso, António Fidalgo, Noël Nel, João de Almeida Santos, Juan Luis Cebrián, António Dias Figueiredo, Marina Themudo, Jorge Sampaio, Nelson Traquina, Mário Soares

O livro que agora se apresenta, nasce de dois desígnios fundamentais: por um lado, celebrar duas décadas de ensino do Jornalismo na Universidade de Coimbra e, por outro, partilhar com um público mais alargado um conjunto de reflexões sobre os *media*, o jornalismo, a comunicação e o espaço público.

Se o ensino superior do Jornalismo em Portugal, relativamente tardio em relação ao resto da Europa, deu os seus primeiros passos no fim dos anos 70 do século passado, ele aparece apenas duas décadas depois na academia coimbrã. Contudo, esta foi, no contexto nacional, a primeira licenciatura em Jornalismo, distinguindo-se, quer em título, quer em objetivos, das licenciaturas então existentes no país. A criação de uma Licenciatura em Jornalismo na Universidade de Coimbra, em 1993-1994, foi, por si, um acontecimento. Com efeito foi necessário que reitor, professores e jornalistas ousassem atualizar a oferta curricular da Faculdade de Letras, oferecendo um curso

há muito desejado pela sociedade e pelo mercado, embora considerado por alguns setores da academia. Correndo o risco de omitir alguém, a quem antecipadamente pedimos desculpa, não podemos deixar de recordar os esforços dos jornalistas João Mesquita, João Fonseca, em representação

---

Todas as gerações, sem dúvida, se julgam para refazer o mundo. A minha sabe, no entanto, que não poderá refazê-lo. A sua tarefa é outra. Consiste em impedir que se desfaça, por negligência, a obra das gerações anteriores.

A. Camus, *Discursos da Suécia* (1957)

---

do Sindicato dos Jornalistas, e de Jorge Castilho, a quem mais tarde se viria associar o nome de Mário Martins, bem como o do então Reitor da Universidade de Coimbra Rui Alarcão, e dos professores João Roque e Luís Reis Torgal. Entre 1993 e 1996, a Licenciatura em Jornalismo funcionou com um Secretariado, que teve um papel executivo e científico nos primeiros tempos do curso na FLUC. Presidido pelo Presidente do Conselho Científico Ludwig Scheidl, este

Jornalismo Cívico*

Nelson Traquina

Universidade Nova de Lisboa

Da crítica incessante e implacável dos *media*, com particular ênfase na análise da cobertura noticiosa dos processos eleitorais, emergiu nos Estados Unidos nos fins dos anos 80 um movimento importante e polémico que defende um “novo jornalismo”. O “novo jornalismo” é conhecido por diferentes nomes: “jornalismo comunitário”, “jornalismo de serviço público”², “jornalismo público”³ e “jornalismo cívico”⁴. Como iremos ver de forma mais detalhada, a centralidade do termo “cidadão” nesta proposta nos leva a preferir a designação “jornalismo cívico” que utilizaremos exclusivamente neste artigo daqui em diante. Este artigo pretende apresentar de forma resumida alguns exemplos mais notáveis da prática do “jornalismo cívico” e analisar as suas linhas mestras.

Mais de cem anos de crítica dos *media*, reforçada de forma notável nos últimos vinte e cinco anos pelos estudos empíricos realizados pela comunidade académica, geriu uma quantidade significativa de munções para desafiar o *status quo*. Se este fogo de artilharia contínua de crítica tem ou não uma relação direta com a crescente onda de desconfiança por parte do público em relação aos meios de comunicação social, as sondagens de opinião nos Estados Unidos demonstram de forma clara que a credibilidade dos *media* chegou

---

* Este texto resulta de uma conferência de Nelson Traquina proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e publicada no livro co-organizado pelo autor e por Mário Mesquita, com o título *Jornalismo Cívico*, na editora Livros Horizonte, a quem se agradece a cedência dos direitos de publicação.

¹ David Craig (1995). “Communitarian Journalism(s): Clearing the Conceptual Landscape”. Comunicação apresentada no Congresso da Association for Education in Journalism and Mass Communication, agosto.

² Alicia C. Shepard (1994). “The Gospel of Public Journalism”. *American Journalism Review*, setembro.

³ Ver Jay Rosen (1994). “Making Things More Public: On The Intellectual Responsibility of the Media Intellectual”. *Critical Studies in Mass Communication*, Vol. 11, e Davis Merritt Jr. (1995). *Public Journalism and Public Life*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

⁴ Edmund Lambeth e David Craig (1995). “Civic Journalism as Research”. *Newspaper Research Journal*, Vol. 16, No. 2, primavera.

ao seu ponto mais baixo⁵. Uma sondagem nacional realizada nos Estados Unidos em 1994 indica que somente 25 por cento das pessoas inquiridas concordam com a afirmação que os *media* ajudam a sociedade a resolver os seus problemas. Outros números são inquietantes: enquanto, em 1973, 23 por cento das pessoas inquiridas indicaram que tinham “muita” confiança nos *media*, a percentagem desceu para 14 por cento em 1983 e apenas 10 por cento em 1994. Igualmente, em 1994, 63 por cento das pessoas inquiridas indicaram que as empresas jornalísticas são frequentemente influenciadas por pessoas e organizações poderosas⁶.

Para este movimento, não há dúvidas que o jornalismo está em crise, bem como a própria democracia. Na introdução do seu livro-manifesto, um dos pais fundadores do movimento, o jornalista Davis Merritt, escreve: “Duas suposições são fundamentais: a vida pública não vai bem e o jornalismo enquanto profissão está em dificuldade”⁷. Assim, Merritt espera encorajar os jornalistas, demonstrando como “um novo sentido de propósito pode animar de novo a nossa profissão demolida e errante”, e encorajar “cidadãos preocupados com a viabilidade da vida pública” que essa mesma vida pública também pode ser reanimada⁸.

Se a confusão que a multiplicidade de designações sugere revela “ambiguidade em muitos níveis”⁹, o objetivo principal desta nova proposta para o jornalismo é mais claro. Como escreve outro pai fundador do movimento, o Professor universitário Jay Rosen: “O jornalismo pode e deve ter um papel no reforço da cidadania (*citizenship*), melhorando o debate público e revendo a vida pública”¹⁰.

Como escreve o crítico dos *media*, Jonathan Adler, o desafio consiste em ir para além da racionalização do *status quo*¹¹. Nesse sentido, o movimento em prol do “jornalismo cívico” responde ao desafio de querer mudar o *status quo*, mas a questão que fica em aberto reside em saber se este “novo jorna-

---

⁵ Martha Fitzsimons e Lawrence T. McGill (1995). “The Citizen as Media Critic”. *Media Studies Journal*, primavera, p. 101.

⁶ *Ibid.*, p. 94.

⁷ Merritt (1995). *Op. Cit.*, p.xii.

⁸ *Ibid.*, p. xi.

⁹ Renita Coleman (1996). “The Intellectual Antecedents of Public Journalism”. Comunicação apresentada no Congresso da Association for Education in Journalism and Mass Communication, agosto.

¹⁰ Rosen (1994). *Op. Cit.*, p.373.

¹¹ Jonathan Adler (1995). “New Questions: That’s What Media Critics Need”. *Media Studies Journal*, primavera, p. 24.

lismo” assemelha-se mais a uma reforma ou uma revolução. Não é claro, ainda mais porque, como os próprios fundadores do movimento insistem em sublinhar, este “novo jornalismo” ainda está a ser inventado.

As práticas do jornalismo cívico

Se é possível identificar um momento decisivo na emergência do novo movimento, seria certamente o ano de 1998. A frustração generalizada com a cobertura da campanha presidencial norte-americana desse ano, marcada pela publicidade negativa, pelas “oportunidades fotográficas” como a visita dos candidatos às fábricas de bandeiras e às bases militares, pelas polémicas em torno de questões secundárias, em suma, pela superficialidade, reforçou outras críticas fundamentadas pelos estudos empíricos já realizados desde os anos ‘70 sobre o papel dos *media* na política¹² e a dependência dos jornalistas nas fontes oficiais¹³. Escreve Shepard: “A primeira manifestação do jornalismo cívico nasceu da frustração acerca da cobertura presidencial. Muitos acreditaram que os *media* foram transformados pelas táticas de campanha negativa, obcecados com a cobertura do tipo corrida de cavalos e esquecidos em relação às questões julgadas importantes pelos eleitores”¹⁴.

A sua primeira experiência teve lugar num jornal da rede da companhia Knight-Ridder, o *Columbus Ledger Enquirer*, no estado de Georgia. Em 1988, o jornal abandonou o seu papel tradicional de observador desligado e assumiu um papel de ativista na tentativa de melhorar a qualidade de vida na comunidade. O jornal encomendou uma sondagem para identificar os problemas que preocupavam a comunidade. Na sequência da sondagem, 85 cidadãos influentes responderam a um inquérito escrito e jornalistas realizaram entrevistas aprofundadas com residentes na comunidade. Com base nos dados recolhidos, o jornal elaborou um relatório intitulado “Columbus Para Além de 2000”. O relatório foi publicado, por partes, diariamente no jornal. Igualmente, o *Columbus Ledger Enquirer* organizou um *town meeting* que durou seis horas e contou com a participação de 300 pessoas; o jornal também organizou um piquenique com 75 “cidadãos interessados”. Na sequência destes esforços, um movimento de cidadãos chamado “Unidos Para Além de 2000” foi constituído. O movimento criou *task forces* para enfrentar algumas problemáticas, tais como o cuidado das crianças, problemas espe-

¹² Ver Bennett (1988), Crouse, (1973), Gans (1979), Gitlin (1980), Graber (1980), Hallin (1985), Manoff e Schudson (1986), Marcuse (1964), e Patterson (1980), entre outros.

¹³ Ver Cohen (1963), Epstein (1973), Sigal (1973), e Tuchman (1978), entre outros.

¹⁴ Shepard (1994). *Op. Cit.*, p. 30.

cíficos dos adolescentes e o racismo. Nesta fase do projeto, o *Columbus Ledger Enquirer* apoiou o movimento, criando espaços redatoriais que destacavam cartas dos leitores e uma série de artigos sobre problemas regionais.

No jornal dirigido por Davis Merritt, o *Wichita Eagle*, foi lançado em 1990 um projeto de jornalismo cívico intitulado *Voter Project*. Em consórcio com uma estação radiofónica e um operador televisivo, o jornal utilizou sondagens de opinião e *focus groups* para identificar as questões principais que preocupavam os cidadãos. Subsequentemente, as empresas jornalísticas envolvidas no projeto orientaram a sua cobertura da campanha eleitoral e destacaram essas questões, minimizando os ataques e contra-ataques dos candidatos. Nas seis semanas antes do dia de eleição, o *Wichita Eagle* publicou artigos aprofundados sobre as questões identificadas pelos cidadãos e apresentou a posição dos candidatos sobre cada questão.

Dois anos mais tarde, o *Wichita Eagle* lançou outro projeto intitulado “People Project: Solving It Ourselves”, de novo em consórcio com outras empresas jornalísticas na área. Neste exemplo de jornalismo cívico, foi tentado fazer participar os cidadãos na resolução de problemas. Com a assistência de professores universitários, 192 residentes foram entrevistados. Durante nove semanas, os problemas da comunidade foram discutidos nos diversos órgãos de comunicação social que participavam no projeto. Em relação a cada problema identificado como importante nas entrevistas, houve reportagens onde o objetivo era identificar os valores fundamentais das posições em conflito. Em relação a cada problema, o *Wichita Eagle* publicou uma listagem completa de todas as organizações e instituições envolvidas. As empresas jornalísticas também promoveram a realização de uma série de “intercâmbios de ideias” onde cidadãos interessados podiam estabelecer contactos e conhecer representantes de diversos grupos. Outra faceta do projeto foi a publicação de uma série de artigos que destacava “estórias” de pessoas que tinham conseguido fazer contribuições positivas. No estado de Carolina do Norte, o jornal *Charlotte Observer* lançou em 1992 um projeto de jornalismo cívico com o apoio do Instituto Poynter. Com o objetivo de “recuperar o comando das questões, o jornal tentou redefinir a sua cobertura noticiosa da campanha eleitoral. Nas palavras do Diretor Executivo do jornal, Rich Oppel, o jornal quis tentar “reduzir a cobertura da estratégia eleitoral e das manipulações dos candidatos, e aumentar o foco sobre as preocupações dos eleitores”¹⁵. Continua Oppel: “Iremos ligar a nossa cobertura à agenda dos eleitores

---

¹⁵ Citado em Rosen (1994). *Op. Cit.*, p. 375.

e iniciar mais perguntas em nome do eleitorado”¹⁶. Com base numa sondagem de 1000 pessoas, seis problemáticas foram identificadas¹⁷ e escolhidas como a “agenda dos cidadãos”. Metade dos entrevistados concordaram em participar num “painel de cidadãos” que o jornal consultou durante a campanha para ouvir comentários e críticas sobre a cobertura noticiosa do jornal. Durante a campanha, os jornalistas do *Charlotte Observer* colocavam perguntas específicas aos candidatos que foram sugeridas pelos cidadãos e o jornal publicava as respostas dos candidatos numa rubrica criada para esse efeito. Nos debates televisivos, membros do “painel de cidadãos” colocaram diretamente as suas perguntas aos candidatos, sem a intervenção dos jornalistas.

Em 1994, o *Charlotte Observer* lançou um outro projeto de jornalismo cívico ainda mais ambicioso. Numa cidade com índices elevados de criminalidade, o assassinio de dois polícias levou o jornal a agir. O jornal levou a cabo uma série de reportagens sobre os bairros mais atingidos pelo problema da criminalidade. Sondagens foram efetuadas e entrevistas foram realizadas. O jornal contratou uma pessoa para coordenar as relações com as comunidades e organizou encontros com os residentes. Igualmente publicava páginas de ajuda para cada bairro e solicitou contribuições financeiras, oportunidades de emprego e bens e serviços. Entre outros resultados do projeto, existe agora num dos bairros um centro de recreio e houve uma quebra significativa no número de crimes violentos.

Com o apoio financeiro de instituições como o Poynter Institute (St. Petersburg, Florida), o Pew Center for Civic Journalism (Washington), o Project on Public Life and the Press (Nova Iorque), mais de 200 projetos de jornalismo cívico procuram renovar o jornalismo norte-americano e contribuir para dinamizar a participação dos cidadãos na vida pública. Utilizando diversas técnicas de auscultação do público (sondagens de opinião, *focus group*, painéis, *town meetings*) as empresas jornalísticas pretendem ouvir os cidadãos com o intuito de identificar a “agenda dos cidadãos”. Nalguns casos, os jornalistas tornam-se parceiros ativos na procura de soluções para os problemas da comunidade.

---

¹⁶ Citado em *Ibid.*

¹⁷ As seis áreas de interesse eram a economia e os impostos, o crime e a droga, a saúde, a educação, o ambiente e os sistemas de valores nas famílias.

As linhas mestras do jornalismo cívico

Na perspetiva do jornalista Davis Merritt, a relação entre democracia e jornalismo é simbiótica. Escreve Merritt:

“Numa sociedade de indivíduos dispersos e abarrotados com informação descontextualizada, uma vida pública efetiva precisa de ter uma informação relevante que é partilhada por todos, e um lugar para discutir as suas implicações. Somente jornalistas livres e independentes podem – mas habitualmente não conseguem – providenciar estas coisas. Do mesmo modo, a vida pública efetiva requer a atenção e o envolvimento de cidadãos conscienciosos, que só eles podem providenciar. Por outro lado, se as pessoas não estão interessadas na vida pública, elas não têm qualquer necessidade dos jornalistas nem do jornalismo”¹⁸.

Para Merritt, é claro que o jornalismo tem ignorado as suas obrigações para com uma vida pública efetiva e que esta falência tem sido um contributo importante para o atual “mal-estar” na vida pública.

Para Merritt, o jornalismo pode e deve ser uma “força fundamental” na “revitalização da vida pública. Mas Merritt defende que uma mudança fundamental na profissão é necessária para conseguir esse objetivo.

Escreve Merritt: “(...)Temos de esclarecer os nossos valores, realizar o verdadeiro contexto do nosso trabalho, e começar a olhar para nós numa maneira diferente. Este livro assim defende uma redefinição do jornalismo”¹⁹. Frequentemente, o tom de Merritt é revolucionário. “Este livro é sobre mudança”. Continua Merritt: “A mudança necessária não é fácil. Não é uma questão de fazer algumas coisas de uma maneira diferente, ou fazer algumas coisas diferentes. Tem de ser fundamental, a adoção de um papel para além de dar as notícias”²⁰.

Ardente defensor de uma democracia participativa, Merritt coloca o conceito de objetividade como um dos principais alvos a abater, apontando este conceito central como responsável pela valorização do valor de separação (*detachment*). Escreve Merritt: “A separação decidida conduz a um tipo de cegueira acerca de coisas específicas, uma incapacidade instruída para compreender uma parte do nosso ambiente e as pessoas envolvidas nele”²¹. Segundo Merritt, o conceito de objetividade também implica o requisito de equilíbrio. Para Merritt, o valor de equilíbrio tem conduzido os

¹⁸ Merritt (1995). *Op. Cit.*, p. xi.

¹⁹ *Ibid.*, p. 5.

²⁰ *Ibid.*, p. 1.

²¹ *Ibid.*, p. 19.

jornalistas a enquadramentos que apresentam as questões de forma viciada, privilegiando os lados extremos.

Merritt condena também uma excessiva postura adversarial por parte dos jornalistas, sobretudo depois do caso Watergate. Escreve Merritt: “Infelizmente, a relação adversarial determinada do jornalismo com o governo não está limitado a isso: atinge – e prejudica – a nossa relação com toda a autoridade, e mesmo as nossas relações com o cidadão normal”²². Para Merritt, o excessivo negativismo no jornalismo é o resultado de uma chamada “síndrome pós-Watergate”. Segundo Merritt, depois do caso Watergate, a norma jornalística tornou-se “apanhar ladrões” e a relação simbiótica entre o jornalismo e o poder político desfez-se numa guerra total. Escreve Merritt: “Enquanto o Cão de guarda se transformou num cão de ataque, os piores aspectos da cultura jornalística ficaram mais visíveis”²³. Assim, para Merritt, o excessivo negativismo contribuiu para aumentar no público o descrédito dos jornalistas. O jornalismo cívico que Merritt defende²⁴ envolve as seguintes mudanças: 1) ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção do “observador desprendido” e assumir o papel de “participante justo”; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores mas como atores na vida democrática, tornando assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos. Assim, para o jornalismo cívico, torna-se um imperativo que o jornalismo encoraje o envolvimento do cidadão na vida pública, desenvolvendo nos jornalistas uma nova perspetiva – a perspetiva do “participante justo” (*fair-minded participants*) – com a utilização de um novo conjunto de instrumentos de trabalho.

Apesar do tom revolucionário em diversos momentos do seu livro-manifesto, Merritt acaba por condicionar a natureza radical da sua proposta: 1) sublinha que a grande parte das atuais práticas jornalísticas não precisam de ser abandonadas²⁵; escreve que historicamente o papel de cão de guarda tem servido bem o jornalismo e a democracia²⁶; defende que o objetivo tradicional do jornalismo – dar as notícias (*telling the news*) – não deve ser aban-

²² *Ibid.*, p. 21.

²³ *Ibid.*, p. 59.

²⁴ Merritt prefere utilizar o termo “jornalismo público”.

²⁵ *Ibid.*, p. 5.

²⁶ *Ibid.*, p. 21.

donado²⁷; alerta que a adoção da perspectiva do “participante justo” no lugar do “observador desprendido”, que Merritt associa ao conceito de objetividade, não implica um envolvimento direto nos acontecimentos públicos²⁸. O objetivo do jornalismo cívico, na opinião de Merritt, é tornar-se “ligado corretamente”. Mas o que é “corretamente”? Quando é que o “participante” se torna “ativista”? Estas dúvidas provocam as principais reservas em relação ao jornalismo cívico e certamente a maior controvérsia em relação a este movimento, o mais importante no jornalismo norte-americano nos últimos trinta anos.

Em contraste com Merritt, um jornalista profissional com mais de 30 anos de experiência, Jay Rosen é um académico, professor na Universidade de Nova Iorque. Apesar das suas trajetórias marcadas pela diferença, ambos chegaram à mesma conclusão quanto ao remédio para os males do jornalismo e da democracia. Ambos preferem o termo “jornalismo público”; ambos partilham a mesma visão de uma democracia participativa; ambos defendem um papel mais ativo do jornalismo na construção de um espaço público mais vibrante e na resolução dos problemas da comunidade.

Inspirado no trabalho de John Dewey que defendeu no seu livro publicado em 1927²⁹ que a comunicação era a solução para os problemas da democracia norte-americana, Rosen advoga que o jornalismo precisa de ser mais “público”, isto é, nas suas palavras, “mais em favor de um reino de discussão pública com sentido”³⁰. Escreve Rosen: “Podemos tentar encontrar maneiras de interessar um maior número de cidadãos na vida pública enquanto tornamos a vida pública mais interessante. Podemos encorajar o discurso sério a tornar-se ‘mais público’ enquanto tornamos o discurso público mais sério”³¹.

Com base numa série de conversas com jornalistas, apoiada pela Fundação Kettering, Rosen criou o “Projeto Public Life and the Press”. Nas palavras de Rosen, o projeto é uma tentativa de “criar um espaço entre prática e pensamento”³² com a convicção de que o jornalismo pode e deve ter um papel no “reforço da cidadania, melhorando o debate público e ressuscitando

---

²⁷ *Ibid.*, p. 114.

²⁸ *Ibid.*, p. 116.

²⁹ John Dewey (1927). *The Public and its Problems*. Chicago: The Swallow Press, Inc.

³⁰ Jay Rosen (1991). “Making Journalism More Public”. *Communication*, Vol. 12, p. 268. O texto em inglês é: “more supportive of a realm of meaningful public discussion”.

³¹ *Ibid.*, p. 269.

³² Rosen (1994). *Op. Cit.*, p. 370.

a vida pública”³³. Assim, para Rosen, uma maneira de definir jornalismo cívico é de chamá-lo “a arte subdesenvolvida de ligação com a comunidade na qual os jornalistas trabalham – incluindo a comunidade política”³⁴. Mas Rosen vai mais longe. Para além da visão de uma comunidade “bem-ligada”, Rosen defende que a ligação com a comunidade não é um valor. Escreve Rosen: “Mais do que simples observadores, (os jornalistas) estão dispostos a associar-se na criação de uma comunidade bem-ligada, acrescentando a capacidade cívica. Nesse sentido eles próprios são atores políticos”³⁵. O jornalismo cívico é assim, para Rosen, a disponibilidade de “quebrar com velhas rotinas, um desejo de ‘estar ligado de novo’ com os cidadãos e as suas preocupações, uma ênfase na discussão séria como atividade principal na política democrática, e um foco nos cidadãos como atores do drama público em vez de espectadores”³⁶.

Quanto ao conceito central de objetividade, o professor da Universidade de Nova Iorque argumenta que a sua validade intelectual como epistemologia está gasta e corresponde hoje a um sentimento de justiça. Mas Rosen reconhece que há outras formas de compreender o conceito, nomeadamente, seguindo a perspetiva da socióloga norte-americana Gaye Tuchman³⁷, como um conjunto de rotinas e procedimentos profissionais. Aqui, Rosen segue a crítica de Merritt ao sublinhar como a noção de equilíbrio, intimamente ligado ao conceito de objetividade, pode resultar na apresentação de “extremos polarizados”.

Mas o conceito de objetividade corresponde também a um outro entendimento que permanece fulcral para a credibilidade do jornalismo e representa, nas palavras de Rosen, “um ideal nobre e necessário em democracia”³⁸.

Acrescenta Rosen: “É a noção de uma verdade desinteressada, não objetiva mas desinteressada”³⁹. Por isso, Rosen chega à conclusão de que o conceito de objetividade permanece importante no jornalismo. Escreve Rosen: “A prossecução de uma verdade desinteressada é de uma importância vital para qualquer comunidade política. É por isso que a objetividade é importante”⁴⁰.

³³ *Ibid.*, p. 373.

³⁴ *Ibid.*, p. 381.

³⁵ *Ibid.*

³⁶ *Ibid.*, p. 376.

³⁷ Gaye Tuchman (1972). “Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen’s Notion of Objectivity”. *American Journal of Sociology*, Vol. 79.

³⁸ Jay Rosen (1993) “Beyond Objectivity”. *Nieman Reports*, inverno, p. 51.

³⁹ *Ibid.*

⁴⁰ *Ibid.*

No entanto, para Rosen, o conceito de objetividade constitui um obstáculo à necessidade suprema de reanimar a vida pública. Para Rosen, as experiências do jornalismo cívico em Columbus (Georgia), Wichita (Kansas), Charlotte (Carolina do Norte), fornecem uma nova teoria de credibilidade baseada na preocupação e no interesse pelas questões que são importantes para a comunidade.

O que poderá substituir a objetividade? Rosen responde em duas partes: Escreve Rosen:

“Com todos os seus defeitos ele (o conceito de objetividade) ainda exprime valores profundamente acreditados e legítimos: a noção de uma verdade desinteressada, o desejo de separar fazendo jornalismo de fazendo política, a tentativa disciplinada de reprimir inclinações pessoais, utilizando a perspectiva de outra pessoa para encarar as coisas. São valores importantes para nós todos, e em particular para jornalistas”⁴¹.

Rosen acrescenta que o jornalismo cívico fornece uma nova abordagem. Acrescenta Rosen: “Nos próximos anos, será crucial para as pessoas no jornalismo declarar o fim da sua neutralidade no que diz respeito a certas questões... Eles (os jornalistas) irão talvez ter dificuldades no caminho da sua própria filosofia, uma que pode substituir a objetividade com algo mais forte e, se posso formulá-lo assim, mais estimulante”⁴².

O futuro do jornalismo cívico

O jornalismo cívico tem sido desvalorizado como um truque de marketing cujo único intuito é o de parar a hemorragia de tiragens em queda constante, ou como uma campanha hábil de relações públicas, cuja principal preocupação é a de melhorar a imagem duma instituição em descrédito.

As questões levantadas pelo movimento são demasiado sérias para merecerem uma condenação tão insultuosa, mas é legítimo perguntar se os objetivos do movimento são realistas.

Se o movimento defende que o jornalismo cívico é adicional, isto é, adiciona novas responsabilidades às responsabilidades que o (velho) jornalismo já assume, como, por exemplo, informar o público, denunciar os abusos de poder, etc., onde estão os recursos para responder aos desafios diários e, ainda mais, assumir também os custos de ser o campeão de uma vida pública vibrante? Será realista tanto otimismo quanto à capacidade de

---

⁴¹ *Ibid.*, p. 53.

⁴² *Ibid.*

mudança duma profissão tão marcada por uma litania de rotinas e práticas, tão condicionada pelos imperativos de tempo e espaço, tão embriagada com a sua própria cultura? Será realista defender a posição que a existência ou não de cidadãos conscienciosos depende do jornalismo?

Este “novo jornalismo” não é inteiramente novo. Partilha preocupações levantadas por John Dewey nos anos 20 e 30 sobre o papel dos *media* em democracia; retira inspiração da teoria de responsabilidade social do jornalismo defendida pela Comissão Hutchins nos anos 40; repercute posições mais recentes de académicos que condenam a teoria libertária do jornalismo como limitada e insuficiente⁴³.

Certamente o movimento reafirma as responsabilidades sociais do jornalismo numa era mercantilista onde mesmo nas salas de redação das empresas jornalísticas os ditames do dinheiro influenciam cada vez mais as decisões editoriais⁴⁴. Nesse sentido, o jornalismo cívico representa uma importante brecha com a busca frenética de notícias, a postura cínica com a vida política, a dependência excessiva nas fontes oficiais, e a desatenção flagrante para com os cidadãos enquanto participantes ativos na vida pública.

Talvez o entusiasmo de alguns dos seus apoiantes seja responsável pela retórica ardente que, entre outras propostas, exige uma rutura completa com os valores dominantes. É particularmente perniciosa a visão unidimensional que às vezes é apresentada do conceito central da objetividade. Escreve Stepp: “Nalgumas formas, o jornalismo público cria uma caricatura da imprensa tradicional, ataca-a como corrupta, promove-se como um ‘movimento’ reformista e despacha os críticos como reacionários”⁴⁵.

É particularmente perigosa a defesa de um ativismo, mesmo se limitada a certos assuntos (e quem decide quais?), onde uma participação excessiva pode conduzir a um conflito de interesses e à perda da perspectiva independente dos *media*.

É particularmente arriscado deitar no caixote o conceito de “observador desprendido”, ainda mais quando “desprendido” não significa necessariamente “indiferente”. Igualmente, o conceito aponta para uma relação de distância com o poder político, historicamente uma das preocupações mais debatidas em todas as teorias do jornalismo que têm sido apresentadas des-

⁴³ Ver C. Christians, J. P. Ferre e P. M. Fackler (1993). *Good News: Social Ethics and The Press*. New York: Oxford University Press.

⁴⁴ John McManua (1994). *Market-Driven Journalism*. Thousand Oaks: Sage.

⁴⁵ Carl Sessions Stepps (1996). “Public Journalism: Balancing the Scales”. *American Journalism Review*.

de o século XVIII. Este ponto é sublinhado pelo Diretor do Joan Shorenstein Center for the Press, Politics and Public Policy da Universidade de Harvard, Marvin Kalb: “Toda a razão de ser do jornalismo norte-americano tem sido sempre a separação com a autoridade para permitir que a análise crítica fosse possível”⁴⁶. Nos valores dominantes do jornalismo, conceitos como “observador desprendido e “objetividade” têm confluído com conceitos como “cão de guarda da democracia” sem qualquer incongruência insanável. Como o próprio teórico do jornalismo cívico, Jay Rosen, reconhece, a noção de “ser desinteressado” parece ser indispensável para a própria credibilidade da atividade jornalística.

O movimento provocou uma discussão dentro do jornalismo norte-americano sobre os valores fundamentais para a profissão e lançou uma alerta que preconiza uma quebra com rotinas gastas e asfixiantes. Mas o futuro do jornalismo cívico depende, em certa medida, se o movimento pressagia uma reforma ou uma revolução. O jornalismo cívico tem o potencial para renovar o jornalismo, se não pretender ser uma rutura com o seu capital já acumulado.

Bibliografia

- Allen, David S. (1995). “Theories of Democracy and American Journalism: Creating an Active Public”. Comunicação apresentada no congresso da Association for Education in Journalism and Mass Communication, agosto.
- Alter, Jonathan (1995). “New Questions: That’s What Media Critics Need”. *Media Studies Journal*, primavera.
- Bennett, W Lance (1988). *News: The Politics of Illusion*. New York: Longman.
- Carey, James W. (1989). “Communication and the progressives”. *Critical Studies in Mass Communication*. Vol. 6, No. 3.
- Charity, Arthur (1995). *Doing Public Journalism*. New York: Guilford Publications.
- Christians, C., Ferre, J. P., e P. M. Fackler (1993). *Good News: Social Ethics and the Press*. New York: Oxford University Press.
- Cohen, Bernard C. (1963). *The Press and Foreign Policy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Craig, David (1995). “Communitarian Journalism(s): Clearing the Conceptual Landscape”. Comunicação apresentada no congresso da Association for Education in Journalism and Mass Communication, agosto.
- Crouse, T. (1973). *The Boys on the Bus*. New York: Ballantine Books.

---

⁴⁶ Citado em Shepard (1994). *Op. Cit*, p. 34.

- Culbertson, Hugh M. (1980). "Three Perspectives on American Journalism". *Journalism Monographs*, No. 83.
- Dewey, John (1927). *The Public and Its Problems*. Chicago: The Swallow Press., Inc.
- Dykers, Carol Reese (1995). "A Critical Review: Reconceptualizing the Relation of "Democracy" to "News"". Comunicação apresentada no congresso da Association for Education in Journalism and Mass Communication, agosto.
- Epstein, Edward Jay (1973). *News From Nowhere*. New York: Random House.
- Fitzsimon, Martha e Lawrence T. McGill (1995). "The Citizen as Media Critic". *Media Studies Journal*, primavera.
- Gans, Herbert (1979). *Deciding What's News*. New York: Pantheon Books.
- Gitlin, Todd (1980). *The Whole World Is Watching*. Berkeley: University of California Press.
- Glasser, Theodore L. (1991). "Communication and the Cultivation of Citizenship". *Communication*, Vol. 12, No. 4.
- Graber, D. (1980). *Mass Media and American Politics*. Washington, D.C.: Congressional Quarterly Press.
- Hallin, Daniel C. (1985). "The American News Media: A Critical Theory Perspective". John Forester (Ed.). *Critical Theory and Public Life*. Cambridge: MIT Press.
- Hallin, Daniel C. (1992). "The Passing of the 'High Modernism' of American Journalism". *Journal of Communication*, Vol. 42, No. 3.
- Hoyt, Michael (1992). "The Wichita Experiment". *Columbia Journalism Review*, julho-agosto.
- Hoyt, Michael (1995). "Are You Now, Or Will You Ever Be, A Civic Journalist?". *Columbia Journalism Review*, setembro-outubro.
- Janowitz, Morris (1975). "Professional Models in Journalism: The Gate-keeper and the Advocate". *Journalism Quarterly*, Vol. 52.
- Lambeth, Edmund (1986). *Committed Journalism*. Bloomington, Ind.: Indiana University Press.
- Lambeth, Edmund and James Aucoin (1993). "Understanding Communities: The Journalist as Leader". *Journalism Educator*, Vol. 48, No. 1.
- Lauterer, Jock (1995). *Community Journalism: The Personal Approach*. Ames: Iowa State University Press.
- Lemert, James B. (1989). *Criticizing the Media*. Newbury Park: Sage Publications.
- Manoff, Robert Karl e Michael Schudson (Eds.). *Reading the News*. New York: Pantheon.

- Marcuse, Herbert (1964). *One-Dimensional Man*. Boston: Beacon Press.
- Marzolf, Marion Tuttle (1995). "Honor Without Influence". *Media Studies Journal*, primavera.
- McManus, John (1994). *Market-Driven Journalism*. Thousand Oaks: Sage.
- Merritt, Jr. Davis "Buzz" (1995). *Public Journalism and Public Life: Why Telling the News Is Not Enough*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Neumann, W. Russell, Just, Marion R. e Ann N. Crigler (1992). *Common Knowledge, News and the Construction of Public Meaning*. Chicago: University of Chicago Press.
- Patterson, Thomas (1980). *The Mass Media Election: How Americans Choose Their President*. New York: Praeger.
- Rosen, Jay (1991). "Making Journalism More Public". *Communication*, Vol. 12, No. 4.
- Rosen, Jay (1993). "Beyond Objectivity". *Nieman Reports*, Inverno.
- Rosen, Jay (1994). "Making Things More Public: On the Political Responsibility of the Media Intellectual". *Critical Studies in Mass Communication*, Vol. 11.
- Schudson, Michael (1988). "What is a Reporter? The Private Face of Public Journalism". No livro de James W. Carey (Ed.). *Media, Myths and Narratives: Television and the Press*. Newbury Park: Sage Publications.
- Shepard, Alicia (1994). "The Gospel of Public Journalism". *American Journalism Review*, Setembro.
- Siebert, Fred S., Peterson, Theodore e Wilbur Schramm (1963). *Four Theories of the Press*. Urbana: University of Illinois Press.
- Sigal, Leon V. (1973). *Reporters and Officials*. Lexington, Ma.: Heath.
- Stepps, C.S. (1996). "Public Journalism: Balancing the Scales". *American Journalism Review*.
- Tuchman, Gaye (1972). "Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notion of Objectivity". *American Journal of Sociology*, Vol. 79.
- Tuchman, Gaye (1978). *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: Free Press.
- Weber, Ronald (1995). "Creeping Complexity: From A.J. Liebling to the Halls of Academe". *Media Studies Journal*, Primavera.
- Winship, Thomas (1995). "Civic Journalism: A Steroid for the Press". *Editor & Publisher*, 7, Outubro.
- Yankelovich, Daniel (1991). *Coming to Public Judgement*. Syracuse: Syracuse University Press.